



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

OFÍCIO SEI Nº 157/2020/ME

Brasília, 31 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 232 (SF), de 04.03.2020, dessa Primeira- Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 991/2019, de autoria do Senhor Senador FLÁVIO ARNS, que requer “informações sobre o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, de autoria do Senador Irajá (PSD/TO), que visa a instituir a Nova Lei do Primeiro Emprego, atualmente em trâmite na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, sob a relatoria do Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Referida proposição legislativa objetiva criar uma nova modalidade de contrato de trabalho especial para trabalhador que esteja regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica e, cumulativamente, não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem. Como contrapartida às empresas, o referido projeto prevê a substancial redução das alíquotas do FGTS e do INSS patronal para 1% ou 2%, a depender do regime tributário da pessoa jurídica”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, cópias do Despacho SEPEC-ASSESP (5284322), da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; da Nota SEI nº 449/2019/STRAB/SEPRT-ME (5380109), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; do Ofício 387/2020 – RFB/Gabinete (7264373), da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; e do Despacho FAZENDA-ASPAR (7255751), da Secretaria Especial de Fazenda.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes**, **Ministro de Estado da Economia**, em 31/03/2020, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7298246** e o código CRC **51218317**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@fazenda.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 12100.106129/2019-08.

SEI nº 7298246



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
Assessoria Especial da Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade

DESPACHO

Processo nº 12100.106129/2019-08

À Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares

Em atenção à solicitação dessa Assessoria Especial para que esta Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade apresente resposta face ao Requerimento de Informação nº 991/2019 (4865447), do Senador Flávio Arns, anexamos a Nota Técnica SEI nº 10662/2019/ME (SEI Nº 4995152), da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, com resposta aos questionamentos de número 03 (três) e 04 (quatro), sendo os impactos solicitados nos dois primeiros itens alheios às competências da Secretaria.

Esse é o mesmo entendimento desta SEPEC.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

Chefe de Gabinete, Substituto

DE ACORDO

BRUNO MONTEIRO PORTELA

Secretário Especial Adjunto de Produtividade,

Emprego e Competitividade, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Moraes Andrade Coutinho, Chefe de Gabinete Substituto(a)**, em 02/12/2019, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Monteiro Portela, Secretário(a) Especial Adjunto(a) Substituto(a)**, em 03/12/2019, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5284322** e o código CRC **A0DC56A5**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Subsecretaria de Capital Humano
Coordenação-Geral de Projetos

Nota Técnica SEI nº 10662/2019/ME

Assunto: **Requerimento RQS 991/2019**

INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica se refere ao despacho 4953204 que encaminha à Coordenação Geral de Projetos o Requerimento nº 991/2019 de autoria do Senador Flávio Arns, 4865447 no qual são solicitadas informações sobre Projeto de Lei nº 5.228/2019 4866540.

ANÁLISE

O Projeto de Lei 5.228/2019, institui a Lei do Primeiro Emprego, que é um contrato especial de trabalho, de até 12 meses, para o trabalhador que esteja regularmente matriculado em cursos de ensino superior ou educação profissional e não tenha vínculo de emprego anterior, salvo de aprendiz.

O Projeto de Lei apresenta ainda que a alíquota de FGTS para essa nova modalidade de contrato de trabalho poderá variar de 1% a 2%, dependendo do porte do empregador, e a mesma lógica é seguida na alíquota da contribuição previdenciária

O requerimento, apresentado pelo Senador Flávio Arns, evidencia quatro questionamentos que se relacionam com os impactos financeiros, fiscais, trabalhistas e sociais que serão gerados caso o PL seja aprovado. Os dois primeiros questionamentos giram em torno dos impactos financeiros e fiscais, como se vê abaixo:

1. Qual a estimativa de renúncia fiscal na redução da alíquota do INSS patronal prevista no PL nº 5228/2019?
2. Qual a estimativa do montante que deixará de ser recolhido na redução da alíquota do FGTS e exoneração da indenização de FGTS previstas no PL nº 5228/2019?

Em relação aos pontos apresentados acima que tratam sobre o impacto fiscal e financeiro, essa área técnica não tem competência para mensurar tais impactos.

O item 3 questiona sobre qual a estimativa de quantitativo de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego caso ela entre em vigor.

Quanto a este ponto o referido projeto não poderia abranger adolescentes com idade inferior a 16 anos, visto que pela Constituição Federal este público somente poderia ser atendido por contratos de aprendizagem. Por outro lado, pela leitura do Art. 1º do PL podemos inferir que ele objetiva atender ao público jovem, ou seja, poderia atender jovens de 16 a 29 anos.

Art. 1º Esta Lei institui o contrato de primeiro emprego em carteira de trabalho, e modifica o contrato de aprendizagem.

Parágrafo único. Esta Lei é orientada pelo princípio constitucional da busca do pleno

emprego e pelo princípio constitucional da prioridade absoluta do jovem.

Sendo assim, considerando o último senso realizado no Brasil, no qual apontava que o país tinha 51 milhões de jovens, entre 15 e 29 anos, e que desses 36% apenas estudam, poderíamos concluir que o Projeto de Lei poderia atender em média 18 milhões de jovens, caso atendam às demais obrigações da lei.

Em relação ao quarto item do requerimento que questiona a estimativa de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão demitidos para dar lugar a novos trabalhadores contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego, destaca-se que o texto proposto não torna essa modalidade de contratação obrigatória, o que nos impede de mensurar qual seria o impacto do PL em contratos de trabalho vigentes atualmente.

Por fim, cabe salientar que a matéria em comento guarda maior relação com as competências da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho deste Ministério.

CONCLUSÃO

Encaminha-se ao gabinete da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, com sugestão de posterior ao interessado.

RECOMENDAÇÃO

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

JOSÉ HENRIQUE VIDEIRA MENEZES

Coordenador-Geral de Projetos

De acordo. Encaminha-se à Secretaria de políticas Públicas de Emprego.

Documento assinado eletronicamente

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO

Subsecretário de Capital Humano



Documento assinado eletronicamente por **José Henrique Videira Menezes, Coordenador(a)-Geral de Projetos**, em 18/11/2019, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro, Secretário(a) Substituto(a)**, em 18/11/2019, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8](#)

de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4995152** e o código CRC **543028D5**.

Referência: Processo nº 12100.106129/2019-08.

SEI nº 4995152



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Secretaria de Trabalho

Nota SEI nº 449/2019/STRAB/SEPRT-ME

Requerimento de Informação nº 991/2019.

Requer informações acerca do Projeto de Lei nº 5.228/2019, que propõe a instituição de Nova Lei do Primeiro Emprego.

Processo SEI nº 12100.106129/2019-08

1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 991/2019, de autoria do Senador Flávio Arns, a respeito do Projeto de Lei nº 5.228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego.
2. A Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares do Ministério da Economia encaminhou a demanda à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho para manifestação. Na ocasião, informou que o requerimento ainda não havia sido aprovado pela Mesa. A esse respeito, não consta nos autos informação quanto a eventual aprovação.
3. De todo modo, passa-se à análise do que foi solicitado.
4. Os dois primeiros questionamentos se referem a estimativa de renúncia fiscal e de montante que deixará de ser recolhido em função das reduções previstas nas alíquotas do FGTS e do INSS:
 1. Qual a estimativa de renúncia fiscal na redução da alíquota do INSS patronal prevista no PL nº 5228/2019?
 2. Qual a estimativa do montante que deixará de ser recolhido na redução da alíquota do FGTS e exoneração da indenização de FGTS previstas no PL nº 5228/2019?
5. Entende-se que tais questionamentos fogem às competências regimentais da Secretaria de Trabalho limitadas pelo Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019. Ademais, verificou-se que o requerimento também foi enviado às Secretarias Especiais de Fazenda e da Receita Federal do Brasil.
6. O questionamento seguinte trata da estimativa de quantidade de trabalhadores a serem contratados:
 3. Qual a estimativa de quantitativo de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego caso ela entre em vigor?
7. Neste ponto, além das informações juntadas pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego na Nota Técnica nº 10.662/2019 (4995152), acrescentam-se algumas informações levantadas pela Coordenação-Geral de Cadastros, Identificação Profissional e Estudos - CGCIPE, subordinada a esta Secretaria de Trabalho.
8. Segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais, em 2018 foram admitidos

por primeiro emprego 1.430.003 trabalhadores com idade entre 18 e 29 anos:

Idade	Vínculos
18	192.869
19	262.548
20	188.438
21	142.704
22	112.057
23	97.288
24	86.940
25	79.233
26	72.462
27	68.013
28	63.891
29	63.560
Total	1.430.003

9. Ainda de acordo com a RAIS, entre os anos de 2008 e 2018 foram admitidos por primeiro emprego 22.658.970 de trabalhadores com idade entre 18 e 29 anos:

Ano	Vínculos
2018	1.430.003
2017	1.504.099
2016	1.387.598
2015	1.711.917
2014	2.212.467
2013	2.627.503
2012	2.563.098
2011	2.777.386
2010	2.758.417
2009	2.447.828
2008	2.668.657
Total	22.658.970

10. Finalmente, acrescenta-se informações da PNAD Contínua (2º Trimestre de 2019), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:

Condição no mercado de trabalho	Quantidade de jovens	Proporção em relação à pop. jovem total
PEA	27.795.819,50	74,41%
Fora da PEA	9.560.981,00	25,59%

Ocupados	22.010.202,70	58,92%
Desocupados	5.785.616,97	15,49%
Força de Trabalho Potencial	2.617.805,31	7,01%
Fora da Força de Trabalho Potencial	6.943.175,62	18,59%
Desalentados	1.490.284,19	3,99%

11. O último item se refere ao quantitativo de trabalhadores eventualmente demitidos:

4. Qual a estimativa de quantitativo de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão demitidos para dar lugar a novos trabalhadores contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego caso ela entre em vigor?

12. A esse respeito, corrobora-se o entendimento consignado na Nota Técnica SPPE nº 10.662/2019 (4995152) quanto à impossibilidade de se mensurar o impacto de eventual aprovação do Projeto de Lei sobre os contratos atualmente em vigor.

13. Prestadas essas informações, sugere-se a restituição do feito à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho para conhecimento e demais providências.

14. À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

FÁBIO VALOTTO

Assessor Técnico

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

MARIANA BANDEIRA DE MELLO PARENTE SADE

Chefe de Gabinete

De acordo. Encaminhe-se à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Documento assinado eletronicamente

BRUNO SILVA DALCOLMO

Secretário de Trabalho

De acordo. Restitua-se à Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares.

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Valotto, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 04/12/2019, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Bandeira de Mello Parente Sade, Chefe de Gabinete**, em 04/12/2019, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Silva Dalcolmo, Secretário(a)**, em 05/12/2019, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bianco Leal, Secretário(a) Especial de Previdência e Trabalho Adjunto(a)**, em 06/12/2019, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5380109** e o código CRC **0680A7A5**.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Ofício nº 387/2020 – RFB/Gabinete

Brasília, 19 de março de 2020.

Ao Senhor

Roberto Gondim Eickhoff

Gerente de Projetos da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares

Esplanada dos Ministérios, Ministério da Economia – Bloco P, 5º Andar

70048-900 - Brasília/DF

Assunto: Requerimento de informação do Senado nº 991, de 2019, que solicita informações sobre o Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, que visa a instituir a Nova Lei do Primeiro Emprego. Referência: 12100.106129/2019-08.

Senhor Gerente de Projetos,

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Coest nº 57, de 19 de março de 2020, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que analisou o requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

**Ministério da Fazenda****PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682 de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme a MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por ANDREA MILANI CONCATTO em 19/03/2020 18:37:00.

Documento autenticado digitalmente por ANDREA MILANI CONCATTO em 19/03/2020.

Documento assinado digitalmente por: JOSE BARROSO TOSTES NETO em 19/03/2020.

Esta cópia / impressão foi realizada por CARLA ALMEIDA BRESCIA em 25/03/2020.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "Assinar RFB Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP25.0320.09097.ROSY

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema Processo, obtido através do algoritmo sha2:

926599B275AF4252472A586AA143DCA4374F37282AF5AAF8A52A953F



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Nota CETAD/COEST nº 057, de 19 de março de 2020.

Interessado: Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

Assunto: Requerimento de Informações nº 991/2019 do Senador Flávio Arns - Projeto de Lei nº 5.228, de 2019 (Lei do Primeiro Emprego).

E-Dossiê nº 10265.069714/2020-37

Esta Nota Técnica tem por objetivo atender ao Requerimento de Informações do Senador Flávio Arns, aprovado pela Mesa do Senado Federal encaminhado através do Ofício 232-SF, de 4 de março de 2020, endereçado ao Ministro de Estado da Economia, o qual solicita que sejam prestadas informações sobre o Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, de autoria do Senador Irajá, que institui a Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências. A demanda foi encaminhada ao Sr.

Secretário Especial da Receita Federal por meio de Despacho da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Economia, constante do Processo SEI nº 12100.106129/2019-08.

2. O Requerimento supracitado, em seu item 1, requisita que seja informada *“a estimativa de renúncia fiscal na redução da alíquota do INSS patronal prevista no PL nº 5228/2019”*. Os demais itens (2 a 4) do requerimento não dizem respeito às competências regimentais da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

3. O Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, em seus artigos 1º ao 10º, institui o contrato de primeiro emprego em carteira de trabalho, com vistas a reduzir o desemprego entre a população jovem brasileira, por meio de regras favorecidas para contratação e a redução de encargos para o empregador.

4. O grupo que pode ser contratado com as regras do primeiro emprego são as pessoas que, cumulativamente, estejam regularmente matriculadas em cursos de ensino superior ou de educação

profissional e tecnológica e que não tenham vínculo de emprego anterior registrado em carteira de trabalho, salvo de aprendizagem.

5. O contrato de trabalho de primeiro emprego será por prazo determinado, de até 12 meses, prorrogáveis por igual período. Não há limite por empresa de empregados contratados por esta modalidade, nem limite para o salário mensal dos trabalhadores empregados dessa forma. Também não há prazo para as contratações segundo a Lei do Primeiro Emprego, tais regras apresentam vigência indeterminada.

6. O artigo 4º do PL reduz a alíquota da contribuição previdenciária patronal incidente sobre a remuneração dos trabalhadores contratados na forma do Contrato do Primeiro Emprego, de 20% para 1%, no caso do empregador ser empresa do Simples ou Microempreendedor Individual, ou para 2% no caso do empregador ser tributado com base no lucro real ou presumido e demais.

7. A estimativa de renúncia na arrecadação da contribuição previdenciária patronal decorrente dessa medida está discriminada na Tabela I a seguir.

TABELA I
ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL

R\$ MILHÕES

EMPREGADOR	2021	2022	2023	2024	2025
Art. 4º, I - MEI	69,23	74,26	79,64	85,42	91,62
Art. 4º, I - SIMPLES	490,38	1.051,92	1.128,22	1.210,07	1.297,85
Art. 4º, II - LR, PL E DEMAIS	3.045,17	6.532,15	7.006,02	7.514,26	8.059,37
TOTAL	3.604,78	7.658,32	8.213,88	8.809,75	9.448,84

8. É necessário apontar que a renúncia fiscal estimada para os empregadores optantes pelo Simples Nacional (Art. 4º, I) refere-se apenas àqueles contribuintes enquadrados no § 5º-C do artigo 18 da Lei Complementar 123, de 2006, onde a contribuição patronal não está incluída nos tributos substituídos pelo Simples Nacional, permanecendo sua apuração normal sobre a folha de salários.

9. Todos os demais contribuintes optantes pelo Simples Nacional apuram a contribuição previdenciária patronal sobre seu faturamento e não sobre a remuneração de seus empregados, o que impossibilita vincular um empregado contratado nos moldes do primeiro emprego com a respectiva redução de encargos sociais sobre sua remuneração conforme a proposta por essa nova modalidade de contratação.

10. A metodologia de cálculo para estimar a renúncia fiscal decorrente da redução da alíquota da contribuição previdenciária patronal, de 3% para 1%, para os contribuintes enquadrados como Microempreendedor Individual, partiu da base de dados do cadastro CNPJ, sobre a quantidade de contribuintes inscritos¹ no regime do MEI.

11. A partir da quantidade total de contribuintes MEI, adotou-se a hipótese de que 3% desses contribuintes contratariam empregados na situação de primeiro emprego e que poderiam estar regularmente matriculados em curso de ensino superior ou técnico. Com base nesse quantitativo estimado e no valor do salário-mínimo chegou-se a massa salarial beneficiada pela medida. A renúncia fiscal foi obtida pela aplicação do diferencial de alíquota da contribuição patronal.

12. A metodologia de cálculo para estimar a renúncia fiscal decorrente da redução da alíquota da contribuição previdenciária patronal, de 20% para 1%, para o grupo de contribuintes optantes pelo Simples Nacional, enquadrados no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006, partiu da base de dados formada por informações referentes a apuração da contribuição patronal declaradas em GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social).

13. A partir do valor apurado de contribuição patronal sobre folha de salários do grupo de contribuintes do Simples beneficiados pela medida, chegou-se a massa salarial desse grupo de empresas. Sobre essa massa salarial aplicou-se o percentual de 25% para representar o quantitativo de empregados contratados como primeiro emprego e que poderiam estar matriculados em cursos de nível superior ou técnico.

14. Adotou-se a hipótese de que a desoneração dos encargos proposta provocará um aumento na contratação desse tipo de empregado, assim aplicou-se um fator de 1,3 sobre a massa salarial beneficiada para representar o efeito indutor dessa política, chegando-se a massa salarial base desonerada. Sobre essa base aplicou-se o diferencial de alíquotas para se chegar a renúncia fiscal.

15. A metodologia de cálculo empregada para estimar a renúncia fiscal decorrente da redução de alíquota da contribuição patronal, de 20% para 2%, para as empresas em geral, partiu da base de dados

¹ Informação disponível no Portal do Empreendedor: <https://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>.

formada pela massa salarial declarada na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) referente a contratações de primeiro emprego.

16. Sobre essa massa salarial aplicou-se o percentual de 80% para representar os empregados contratados como primeiro emprego que poderiam estar regularmente matriculados em cursos de nível superior ou técnico. Adotou-se a mesma hipótese de efeito indutor da política como forma de representar o aumento de contratações provocado pela desoneração dos encargos sociais. Sobre essa base aplicou-se o diferencial de alíquotas para se chegar a renúncia fiscal.

17. As estimativas de impacto na arrecadação descritas acima foram projetadas para os anos de 2021 a 2025 utilizando-se o método dos indicadores, que consiste em aplicar índices referentes ao efeito preço e efeito quantidade sobre as estimativas do ano base.

18. Estes índices são formados a partir da grade de parâmetros macroeconômicos oficial produzida pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, e refletem a expectativa oficial para o comportamento da economia, bem como para a arrecadação dos tributos federais.

São estas as informações pertinentes que se submetem a apreciação superior.

Assinatura digital

FILIPE NOGUEIRA DA GAMA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Gerente de Estudos

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do Cetad.

Assinatura digital

ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Assinatura digital

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Assessoria Parlamentar

DESPACHO

Processo nº 12100.106129/2019-08

À Assessoria para Assuntos Parlamentares,

1. Refiro-me ao Despacho **GME-CODEP (7252419)**, que Trata do **Requerimento de Informação nº 991/2019 - SF (4865447)**, de autoria do Senador Flávio Arns, que solicita *informações sobre o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, de autoria do Senador Irajá (PSD/TO), que visa a instituir a Nova Lei do Primeiro Emprego, atualmente em trâmite na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, sob a relatoria do Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Referida proposição legislativa objetiva criar uma nova modalidade de contrato de trabalho especial para trabalhador que esteja regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica e, cumulativamente, não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem. Como contrapartida às empresas, o referido projeto prevê a substancial redução das alíquotas do FGTS e do INSS patronal para 1% ou 2%, a depender do regime tributário da pessoa jurídica.*

2. Encaminhamos a manifestação do Departamento de Gestão de Fundos (DEF), através do **Despacho DEF-CGGE (7254985)**, a qual informa que apesar da matéria tratar de FGTS, não é possível este Departamento realizar a estimativa do montante que deixará de ser recolhido na redução da alíquota do FGTS e exoneração da indenização de FGTS previstas no PL nº 5228/2019, uma vez que não se dispõe de dados de recolhimento de FGTS estratificados de acordo com a faixa etária do trabalhador. Ademais, não é possível estimar a quantidade de jovens passíveis de entrar no mercado de trabalho que atenderiam tanto à condição de estar regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica, quanto a de não ter vínculo empregatício anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

Brasília, 27/03/2020

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente

JEFERSON LUIS BITTENCOURT

Secretário Especial Adjunto de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Luis Bittencourt**, **Secretário(a) Especial Adjunto(a) de Fazenda**, em 27/03/2020, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código



verificador **7255751** e o código CRC **6B4A8122**.

Referência: Processo nº 12100.106129/2019-08.

SEI nº 7255751



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Departamento de Gestão de Fundos
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica

DESPACHO

Processo nº 12100.106129/2019-08

À FAZENDA-ASPAR

Trata-se do Ofício nº 232 (SF), de 4 de março de 2020, por meio do qual o Senador Sérgio Petecão encaminha ao Senhor Ministro de Estado da Economia o pedido de informações do Senador Flávio Arns, aprovado pela Mesa do Senado Federal, contido no Requerimento nº 991, de 2019.

O Requerimento solicita informações sobre o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, de autoria do Senador Irajá (PSD/TO), que visa instituir a Nova Lei do Primeiro Emprego, atualmente em trâmite na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Conforme consta do Requerimento, a proposição legislativa “objetiva criar uma nova modalidade de contrato de trabalho especial para trabalhador que esteja regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica e, cumulativamente, não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem”.

Para tanto, e como contrapartida às empresas, “o referido projeto prevê a substancial redução das alíquotas do FGTS e do INSS patronal para 1% ou 2%, a depender do regime tributário da pessoa jurídica”.

Ademais, o PLS propõe também que nesses novos contratos, para fins de rescisão, ainda que antecipada, não será devido aviso prévio, seguro desemprego e nem a indenização de FGTS prevista na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Em que pese a matéria tratar de FGTS, não é possível este Departamento realizar a estimativa do montante que deixará de ser recolhido na redução da alíquota do FGTS e exoneração da indenização de FGTS previstas no PL nº 5228/2019, uma vez que não se dispõe de dados de recolhimento de FGTS estratificados de acordo com a faixa etária do trabalhador. Ademais, não é possível estimar a quantidade de jovens passíveis de entrar no mercado de trabalho que atenderiam tanto à condição de estar regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica, quanto a de não ter vínculo empregatício anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem.

Brasília, 27 de março de 2020.

Documento assinado eletronicamente

GUSTAVO ALVES TILLMANN

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Alves Tillmann, Diretor(a)**, em 27/03/2020, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7254985** e o código CRC **25A948F9**.

Ofício nº 232 (SF)

Brasília, em 4 de maio de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Roberto Nunes Guedes
Ministro de Estado da Economia

Assunto: Pedido de informações.

Senhor Ministro,

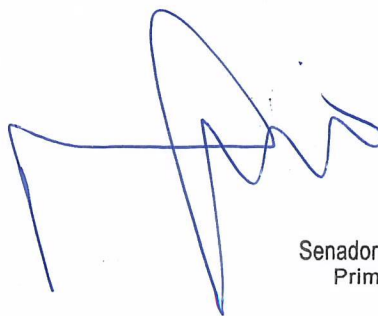
Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, pedido de informações do Senador Flávio Arns, aprovado pela Mesa do Senado Federal, contido no Requerimento nº 991, de 2019.

Segue, em anexo, avulso da proposição e cópia do Parecer nº 116, de 2020.

Esclareço a Vossa Excelência que as informações deverão ser prestadas em formato digital, quando disponíveis, conforme estabelece o § 5º do art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011, e entregues na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Edifício Principal, 1º andar.

Na eventualidade de as informações solicitadas não serem ostensivas, solicito que seja apontado, expressamente, o sigilo legal específico que as resguardam ou, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassecreto, secreto ou reservado), nos termos do § 1º do art. 24 da Lei nº 12.527, de 2011, sob pena de regulamentação própria do Senado Federal, em atenção ao que determina o art. 18 do citado diploma legal – Lei de Acesso à Informação.

Atenciosamente,



Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário

C Dir

REQUERIMENTO Nº 991 DE 2019



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, de autoria do Senador Irajá (PSD/TO), que visa a instituir a Nova Lei do Primeiro Emprego, atualmente em trâmite na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, sob a relatoria do Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Referida proposição legislativa objetiva criar uma nova modalidade de contrato de trabalho especial para trabalhador que esteja regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica e, cumulativamente, não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem. Como contrapartida às empresas, o referido projeto prevê a substancial redução das alíquotas do FGTS e do INSS patronal para 1% ou 2%, a depender do regime tributário da pessoa jurídica.

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual a estimativa de renúncia fiscal na redução da alíquota do INSS patronal prevista no PL nº 5228/2019?
2. Qual a estimativa do montante que deixará de ser recolhido na redução da alíquota do FGTS e exoneração da indenização de FGTS previstas no PL nº 5228/2019?

Recebido em 05/11/19
Hora 11:10
Eduardo A
Estagiário - SLSF/SGM

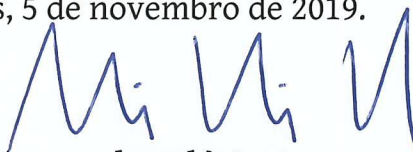


M



3. Qual a estimativa de quantitativo de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego caso ela entre em vigor?
4. Qual a estimativa de quantitativo de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão demitidos para dar lugar a novos trabalhadores contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego caso ela entre em vigor?

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2019.



Senador Flávio Arns
(REDE - PR)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIA

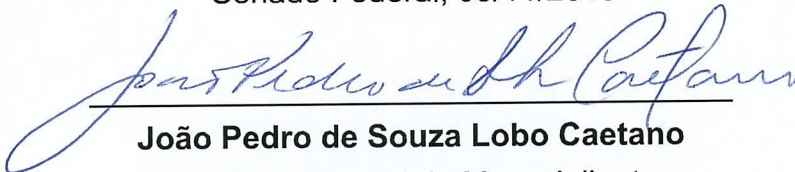
Requerimento nº 991, de 2019

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o Projeto de Lei nº 5228, de 2019, de autoria do Senador Irajá (PSD/TO), que visa a instituir a Nova Lei do Primeiro Emprego, atualmente em trâmite na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, sob a relatoria do Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Referida proposição legislativa objetiva criar uma nova modalidade de contrato de trabalho especial para trabalhador que esteja regularmente matriculado em curso de ensino superior ou educação profissional e tecnológica e, cumulativamente, não tenha vínculo empregatício anterior registrado em carteira, salvo de aprendizagem. Como contrapartida às empresas, o referido projeto prevê a substancial redução das alíquotas do FGTS e do INSS patronal para 1% ou 2%, a depender do regime tributário da pessoa jurídica.

De ordem, nos termos do art. 71 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, a matéria terá o seguinte despacho:

À CDIR.

Senado Federal, 05/11/2019


João Pedro de Souza Lobo Caetano
Secretário-Geral da Mesa Adjunto



PARECER Nº 116 , DE ~~2019~~ 2020

Da MESA, sobre o Requerimento nº 991, de 2019, do Senador Flávio Arns, que requer informações ao Ministro de Estado da Economia, sobre o Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, de autoria do Senador Irajá (PSD/TO), que visa a instituir a Nova Lei do Primeiro Emprego.

Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Petecão

I – RELATÓRIO

O Senador Flávio Arns, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 991, de 2019, que solicita informações ao Ministro de Estado da Economia, sobre o sobre o Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, de autoria do Senador Irajá (PSD/TO). Eis as informações requeridas:

1. Qual a estimativa de renúncia fiscal na redução da alíquota do INSS patronal prevista no PL nº 5228/2019?
2. Qual a estimativa do montante que deixará de ser recolhido na redução da alíquota do FGTS e exoneração da indenização de FGTS previstas no PL nº 5228/2019?
3. Qual a estimativa de quantitativo de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego caso ela entre em vigor?
4. Qual a estimativa de quantitativo de trabalhadores e sua respectiva faixa etária que serão demitidos para dar lugar a novos trabalhadores contratados sob a égide da Nova Lei do Primeiro Emprego caso ela entre em vigor?



II – ANÁLISE

De acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, a Mesa do Senado Federal está legitimada a encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, caso do requerimento em análise.

No que tange ao conteúdo, o requerimento está amparado no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que admite pedidos de informações para o esclarecimento de qualquer assunto sob apreciação desta Casa Legislativa.

Além disso, não incidem os óbices do inciso II do art. 216 do RISF. Isso porque não há, no requerimento em exame, pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre o propósito da autoridade a quem é dirigido.

Verifica-se, portanto, a iniciativa obedece aos ditames da Constituição Federal e do Regimento Interno desta Casa, não se vislumbrando qualquer óbice que impeça o seu acolhimento por este colegiado.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 991, de 2019.

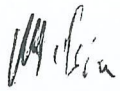
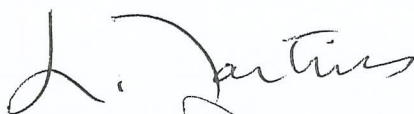
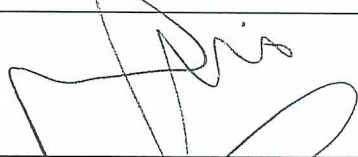
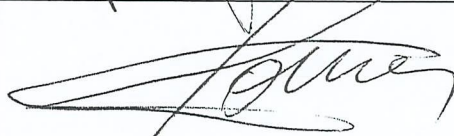
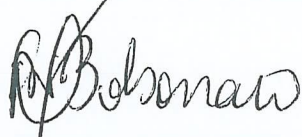
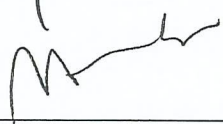
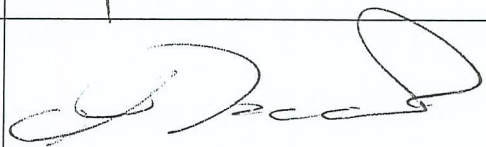
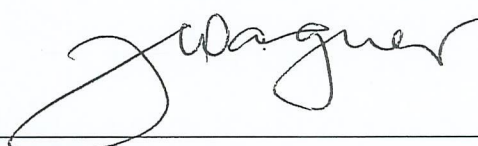

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA DO
SENADO FEDERAL - 2020**

12 de FEVEREIRO de 2020, às 09hs

Senador Davi Alcolumbre Presidente	
Senador Antonio Anastasia 1º Vice-Presidente	
Senador Lasier Martins 2º Vice-Presidente	
Senador Sérgio Petecão 1º Secretário	
Senador Eduardo Gomes 2º Secretário	
Senador Flávio Bolsonaro 3º Secretário	
Senador Luis Carlos Heinze 4ª Secretário	
Senador Marcos do Val 1º Suplente de Secretário	
Senador Weverton 2º Suplente de Secretário	
Senador Jaques Wagner 3º Suplente de Secretário	
Senador Leila Barros 4º Suplente de Secretário	



Data de Envio:

01/04/2020 09:51:06

De:

ME/GMF-CODEP <roberto.eickhoff@fazenda.gov.br>

Para:

apoiomesa@senado.leg.br
sheila.massad@mte.gov.br
adelina.baena@fazenda.gov.br

Assunto:

Requerimento de Informação nº 991/2019

Mensagem:

Bom dia!

Em virtude da impossibilidade de recebimento de documentos no meio físico (COVID-19) e conforme orientação deste Senado Federal, encaminhamos anexos referentes à resposta do Requerimento de Informação nº 991/2019.

Favor acusar recebimento.

Atenciosamente,

Ministério da Economia

Anexos:

Nota_Tecnica_4995152.pdf
Anexo_6826635_OfA_cio_SF_nA_232_2020_6798397_.pdf
Oficio_7264373_Oficio_n_387_2020____NOTA_CETAD_57_2020_SEI_n____3_.pdf
Oficio_GME_7298246.pdf
Nota_5380109.pdf
Despacho_7254985.pdf
Despacho_5284322.pdf
Despacho_7255751.pdf